

JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos e, por meio de sua controlada Real Empreendimentos S.A., na administração de imóveis e no comércio imobiliário.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 13 de março de 2015.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil –BR GAAP e normas internacionais do relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A- (direta)
- Josapar Internacional-(direta)
- Copérnico S/A- (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda- (indireta)
- Real Rio Grande Ltda- (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A- (indireta)

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada por não ser aplicável para a empresa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 52 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado.

e) Imobilizado, intangível e diferido

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

A política de distribuição de lucros, não leva em conta, os impactos da adoção dos CPCs.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

Amortização do diferido, pelo método linear, a taxas anuais é de 10%. Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a empresa optou por continuar amortizando os saldos do diferido até atingir sua amortização total.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

f) Leasing e arrendamentos mercantil

A Companhia possui contratos de arrendamento classificados como financeiros. Esses são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos, sendo amortizados conforme vida útil do bem.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato.

O bem imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil econômica do ativo.

g) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representados por imóveis pertencentes à controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas as demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

h) Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

i) Imposto de Renda e contribuição social

Estão calculados com base no lucro real, sendo Imposto de Renda à alíquota de 15% mais 10% de adicional, e contribuição social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

j) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

k) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

l) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

m) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia e sua controlada as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento encontra-se em 52 dias e a perda reconhecida no ano foi de 0,05% sobre o faturamento.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à variação taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a companhia e sua controlada procederam uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 3, sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da Companhia, em reais:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativos				
Aplicações financeiras/disponibilidades	3.470	-	3.470	-
Contas a receber de clientes	7.331	7.844	7.331	7.844
	10.801	7.844	10.801	7.844
Empréstimos e financiamentos	(5.442)	(23.886)	(5.442)	(23.886)
	(5.442)	(23.886)	(5.442)	(23.886)
Exposição ativa/passiva líquida	5.359	(16.042)	5.359	(16.042)

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pelas Resoluções 2.770/00 e 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Cientes mercado interno	186.776	173.095	196.175	182.166
Cientes mercado externo	7.331	7.844	7.331	7.844
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.461)	(1.085)	(5.315)	(5.011)
Total	192.646	179.854	198.191	184.999

6. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Adiantamentos fornecedores de arroz	122.557	105.728	122.557	105.728
Adiantamentos fornecedores diversos	8.355	8.627	8.355	8.627
Total	130.912	114.355	130.912	114.355

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Produtos acabados e semi - elaborados	60.912	52.002	60.912	52.002
Mercadorias para revenda	2.706	2.934	2.706	2.934
Matérias-primas	97.642	78.763	97.642	78.763
Produtos com terceiros	217	253	217	253
Outros	7.376	8.506	7.376	8.506
Imóveis	-	-	34.589	34.789
Total	168.853	142.458	203.442	177.247

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>				
INSS	433	433	433	433
PIS e COFINS	42.253	35.864	42.253	35.873
ICMS	4.465	3.506	4.465	3.506
IRRF- IRPJ e CSLL - saldo negativo	2.359	3.439	2.554	3.580
REFIS pago a maior	-	-	-	1.636
Total	49.510	43.242	49.705	45.028
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>				
PIS, COFINS e ICMS s/ imobilizado	553	971	553	971
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
IRPJ e CSLL discussão judicial	2.268	-	2.268	-
Outros créditos	229	229	229	229
Total	4.625	2.775	4.625	2.775

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos de compras no mercado interno, os quais são substancialmente compensados com outros tributos federais.

Os demais saldos serão compensados nas operações normais da companhia.

9. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controladas

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S/A	185.740	54,75	345.516	49.500	12.342	6.757
Josapar Internacional	50	100	164	133	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades para investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2013	142.855	144	510	143.509	296.793	3.038	299.831
Reflexo ajustes em controladas	41.487	19	(6)	41.500	-	197	197
Dividendos a receber	(1.926)	-	-	(1.926)	-	-	-
Equivalência Patrimonial	6.757	-	-	6.757			
Propriedades p/ Investimentos	-		-	-	4.525	-	4.525
Em 31 de dezembro de 2014	189.173	163	504	189.840	301.318	3.235	304.553

O valor R\$41.847, refere-se, substancialmente, a reversão de provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial registrado pela controlada Real Empreendimentos S/A, em função da alteração da opção do regime de tributação do lucro real para lucro presumido.

10. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIFERIDO

Controladora

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	26.239	97.401	749	59.418	19.207	11.546	214.560
Adições	1.108	179	39	12.732	16.426	529	31.013
Baixas	-	-	(154)	(1.016)	(63)	(6)	(1.239)
Baixa depreciação	-	-	113	725	-	5	843
Transferências	-	9.992	-	2.900	(14.842)	1.950	-
Depreciação	-	(2.402)	(131)	(5.606)	-	(1.478)	(9.617)
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	27.347	105.170	616	69.153	20.728	12.546	235.560
Adições	6	-	-	8.548	3.749	74	12.377
Baixas	-	-	-	(701)	(283)	(2)	(986)
Baixa depreciação	-	-	-	382	-	2	384
Transferências	-	-	-	1.007	(9.982)	8.975	-
Depreciação	-	(2.569)	(105)	(6.533)	-	(2.201)	(11.408)
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	27.353	102.601	511	71.856	14.212	8.320	235.927

Consolidado

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	26.239	97.401	1.829	59.890	21.961	12.273	219.593
Adições	1.108	179	284	12.732	18.296	587	33.186
Baixas	-	-	(679)	(1.016)	(2.361)	(42)	(4.098)
Baixa depreciação Propriedades p/ Investimento	-	-	113	725	-	5	843
Transferências	-	9.992	-	2.900	(14.842)	1.950	-
Depreciação	-	(2.402)	(384)	(5.620)	-	(1.631)	(10.037)
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	27.347	105.170	1.163	69.611	21.843	13.142	238.276
Adições	6	-	-	8.548	4.161	80	12.795
Baixas	-	-	(303)	(701)	(288)	(2)	(1.294)
Baixa depreciação	-	-	137	382	-	2	521
Transferências	-	-	-	1.007	(9.982)	8.975	-
Depreciação	-	(2.569)	(225)	(6.547)	-	(2.323)	(11.664)
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	27.353	102.601	772	72.300	15.734	19.874	238.634

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	1.826	141	1.967	1.861	159	2.020
Adições	-	96	96	-	96	96
Depreciação	-	(84)	(84)	-	(89)	(89)
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	1.826	153	1.979	1.861	166	2.027
Adições	-	16	16	-	16	16
Depreciação	-	(80)	(80)	-	(83)	(83)
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	1.826	89	1.915	1.861	99	1.960

a) As taxas de depreciação praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,8% a.a
Veículos	20 % a.a
Veículos industriais	10% a.a
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Instalações e benfeitorias	10% a.a
Sistemas e equipamentos e informática	33% a.a

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 31.12.2014 foi de R\$847 empresa e R\$952 consolidado, em 2013- (R\$429 empresa), (R\$1.487 consolidado). As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes. Adicionalmente, a controlada Real Empreendimentos S/A, neste exercício optou por alterar sua forma de tributação para lucro presumido, refletindo na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa, registrada no patrimônio líquido da companhia, no valor de R\$41.457 -(R\$ 71.719 consolidado).

b) Arrendamento mercantil(leasing)

Em 31.12.2014 a Companhia registra saldo de R\$7 com operação de arrendamento mercantil financeiro para aquisição de ativo imobilizado, registrado na conta veículos industriais.

DIFERIDO

O saldo do diferido em 31 de dezembro de 2014 é de R\$88 -(R\$103 em 2013), a amortização no exercício foi de R\$ 15 -(R\$29 em 2013), calculada pelo método linear a taxa anual de 10%.

11. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
<u>Moeda interna</u>	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Financiamento para investimentos	7.655	7.582	7.655	7.582
Crédito Rural-EGF	41.072	40.631	41.072	40.631
Capital de giro	245.140	264.503	245.225	264.578
Arrendamento mercantil	7	83	30	217
Total	293.874	312.799	293.982	313.008
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	297	4.784	297	4.784
Capital de Giro-FINIMP	5.442	19.103	5.442	19.103
Total	5.739	23.887	5.739	23.887
TOTAL CIRCULANTE	299.613	336.686	299.721	336.895
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	21.279	26.841	21.279	26.841
Capital de giro	335.410	243.218	335.465	243.359
Arrendamento mercantil	-	8	-	31
Total	356.689	270.067	356.744	270.231
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	1.483	-	1.483	-
Total	1.483	-	1.483	-
TOTAL NÃO CIRCULANTE	358.172	270.067	358.227	270.231
Vencimentos de longo prazo	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
2015	-	182.097	-	182.206
2016	242.565	48.622	242.620	48.677
2017	76.044	24.166	76.044	24.166
2018	24.149	9.115	24.149	9.115
2019	9.491	1.874	9.491	1.874
2020	2.111	1.704	2.111	1.704
2021	2.047	1.640	2.047	1.640
2022	1.021	614	1.021	614
2023	736	235	736	235
2024	8	-	8	-
Total	358.172	270.067	358.227	270.231

	Indexador	Taxa
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	5,65% a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	4,15% a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32% a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,41% a.a
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	1,84% a.a
Crédito Rural-EGF - recursos obrigatórios	Pré-fixado	6,50% a.a
Capital de Giro	CDI	1,68% a.a

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a. Os financiamentos de capital de giro, são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural são contratados a taxa pré-fixada de 6,5%a.a.

As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária, aval, e penhor mercantil de estoques para as operações de crédito rural.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas das Resoluções 2.770, 3.844 e Lei 4.131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação no passivo circulante equivalem a US\$2.049 aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

12. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos decorrentes das operações realizadas durante os exercícios com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

	Controladora			Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Juros s/ capital próprio e Dividendos	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	297	-	3.793	-	-
Outros	608	(976)	-	2.483	(976)
Em 31.12.2014	905	(976)	3.793	2.483	(976)
Real Empreendimentos S.A.	70	-	1.867	-	-
Outros	18	(773)	-	1.640	(773)
Em 31.12.2013	88	(773)	1.867	1.640	(773)

As transações praticadas com partes relacionadas seguem políticas estabelecidas entre as partes, que poderiam ser diferentes se praticadas entre partes não relacionadas.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Tributos s/ deprec. Incentivada	389	546	1.239	1.407
IRPJ e CSLL diferidos(*)	3.266	2.533	3.266	2.533
REFIS(**)	7.142	12.113	7.142	12.141
	<u>10.797</u>	<u>15.192</u>	<u>11.647</u>	<u>16.081</u>

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(*) vide nota 14.b

(**) Vide nota 18

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos - Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Contribuição social diferida	-	92	-	181
Imposto de renda diferido	-	254	-	500
	<u>-</u>	<u>346</u>	<u>-</u>	<u>681</u>

b) Natureza dos tributos diferidos - Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Contribuição social diferida	865	671	865	671
Imposto de renda diferido	2.401	1.862	2.401	1.862
	<u>3.266</u>	<u>2.533</u>	<u>3.266</u>	<u>2.533</u>

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Corrente				
Contribuição social	(2.571)	(4.620)	(3.744)	(6.274)
Imposto de renda	(7.130)	(12.660)	(10.343)	(17.171)
	<u>(9.701)</u>	<u>(17.280)</u>	<u>(14.087)</u>	<u>(23.445)</u>
Diferido				
Contribuição social	(194)	(384)	(194)	(380)
Imposto de renda	(539)	(1.068)	(539)	(1.058)
	<u>(733)</u>	<u>(1.452)</u>	<u>(733)</u>	<u>(1.438)</u>
	<u>(10.434)</u>	<u>(18.732)</u>	<u>(14.820)</u>	<u>(24.883)</u>

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	30.964	37.932	40.942	49.092
Eliminações/ajustes efeito controlada	-	-	7.469	7.033
	30.964	37.932	48.411	56.125
Despesa tributária pela alíquota oficial (IR – 25%; CSLL – 9%)	(10.528)	(12.897)	(16.460)	(19.083)
Exclusões (adições) permanentes	2.429	128	2.429	104
Exclusões (adições) temporárias	(2.331)	(5.928)	(2.331)	(5.928)
Efeito tributação em controlada	-	-	1.546	-
Outros	(4)	(35)	(4)	24
	(10.434)	(18.732)	(14.820)	(24.883)

A Companhia reconheceu em exercícios anteriores, créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre saldos de variação cambial diferido, conforme a Deliberação CVM nº. 371/02, os quais são realizados de acordo com os vencimentos dos contratos em moeda estrangeira.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado e é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia mantém registrado nesta rubrica, o valor de R\$10.852 -(R\$9.825 em 2013).

c) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	31.12.2014	31.12.2013
Lucro líquido do exercício	20.530	19.200
Reserva legal	(1.027)	(960)
Lucro líquido para cálculo dos dividendos	19.503	18.240
Dividendos propostos - 30%	5.851	5.472

Os dividendos propostos correspondem a R\$552,21 -(R\$516,44 em 2013) por lote de mil ações ordinárias e R\$607,43 -(R\$568,08 em 2013) por lote de mil ações preferenciais.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.

Neste exercício, a companhia registrou um efeito no valor de R\$41.457 na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial reflexa, por reversão de provisão para IRPJ e CSLL diferidos na controlada Real Empreendimentos S/A, resultante da alteração na sua forma de tributação para lucro presumido.

16. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
Por função:	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Custos dos produtos	(710.267)	(689.897)	(712.057)	(690.463)
Despesas c/vendas	(163.044)	(157.710)	(163.166)	(157.823)
Despesas gerais e administrativas	(62.569)	(60.946)	(77.920)	(74.907)
Outras receitas	957	964	1.974	7.434
	<u>(934.923)</u>	<u>(907.589)</u>	<u>(951.169)</u>	<u>(915.759)</u>

	Controladora		Consolidado	
Por natureza:	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Depreciações e amortizações	(11.119)	(8.887)	(11.241)	(9.312)
Despesas c/pessoal	(61.082)	(55.811)	(68.785)	(60.701)
Matérias primas e materiais	(554.497)	(549.441)	(556.286)	(550.006)
Frete	(104.206)	(98.191)	(104.210)	(98.191)
Outras	(204.019)	(195.259)	(210.647)	(197.549)
	<u>(934.923)</u>	<u>(907.589)</u>	<u>(951.169)</u>	<u>(915.759)</u>

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	115.000	Junho 2015
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos e danos morais.	RC	1.000	Junho 2015
Responsabilidade Civil	Administradores	RC D&O	5.000	Junho 2015
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2015
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Agosto 2015
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional	US\$ 5.000	Agosto 2015

18. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
PIS e COFINS	4.053	5.254	4.053	5.254
Imposto de renda retido na fonte	1.234	1.600	1.234	1.600
Imposto de renda e contribuição social	6.394	7.002	6.448	7.071
	11.681	13.856	11.735	13.925

Em 2009 a companhia aderiu ao programa REFIS IV, instituído pela Lei 11.941/2009, incluindo débitos pendentes de liquidação por falta de homologação da compensação de créditos por parte da RFB, que ainda encontrava-se em discussão até aquela data.

Com a reabertura do REFIS IV instituída pela Lei 12.865/2013 e posteriormente pela Lei 12.973/2014 que alterou os prazos de adesão à Lei 11.941/2009, a Companhia incluiu o valor de R\$3.474-(2013) e R\$ 1.434-(2014), respectivamente, decorrente de débitos de Imposto de renda e Contribuição Social, pendentes até 30 de novembro de 2008, os quais a companhia vinha discutindo na esfera administrativa/judicial. Desta forma, em 31 de dezembro de 2014 o montante do parcelamento atualizado, e líquido das parcelas pagas, é de R\$11.681 controladora -(R\$11.735 consolidado), em 2013 -R\$13.856 controladora -(R\$13.925 consolidado).

Nestas demonstrações o REFIS, esta sendo apresentado na rubrica “obrigações sociais e tributárias”, no circulante R\$4.539 controladora -(R\$4.593 consolidado), em 2013-R\$ 1.743 controladora -(consolidado R\$1.784) e no não circulante R\$7.142 (controladora e consolidado), e em 2013 -R\$12.113 controladora – (R\$12.141 consolidado).

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

a) A Companhia adota o critério de constituir provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como perda provável. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento processos de natureza tributaria, no montante de aproximadamente R\$70.517, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, foi considerada como de perda possível, mas não provável, e para os quais, a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais.

<u>Passivo Circulante</u>	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Provisão para contingências	44.581	37.560	46.007	39.335
(-) Depósitos judiciais	(2.498)	(2.373)	(3.924)	(4.148)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	42.083	35.187	42.083	35.187

b) A Companhia postula, por meio de processo judicial no STF, impetrado em 2000, a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo valor atualizado em 30 de junho de 2014, calculado a partir de 1995 até o advento das Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/04, ainda não contabilizado, está em R\$32.455– controladora e consolidado (31 de dezembro de 2013: R\$31.354 – controladora e consolidado). Atualmente, essa tese encontra-se com julgamento suspenso no Supremo Tribunal Federal, por pedido de vistas de ministros, e está com placar favorável aos contribuintes de seis votos, contra um para o fisco.

c) A Companhia e a controlada, Real Empreendimentos S.A., esta na qualidade de terceira outorgante de hipoteca garantidora, são réus em ação ordinária de cobrança movida por Sonae Distribuição do Brasil (sucudida por WMS Supermercados do Brasil LTDA) que em 28 de julho de 2010 foi julgada, em primeiro grau, parcialmente procedente, com condenação ao pagamento de R\$38.981. A Companhia protocolou apelação, julgada em novembro de 2011 pela 12ª Câmara Cível, dando provimento parcial às suas pretensões, reduzindo o valor inicial de condenação para R\$17.737, e reconhecendo o direito a juros de mora

de 1% a.m. mais IGP-M, contados do ajuizamento da ação (março 2004). Ambas as partes interpuseram embargos de declaração.

A estimativa dos consultores legais da companhia é que a improcedência é uma hipótese provável e a redução do valor da condenação uma hipótese possível. A ação, se definitivamente julgada procedente contra a Companhia, estará com sua execução garantida pela já referida hipoteca constituída pela Real Empreendimentos S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lauro de Oliveira Lapa
(Presidente)
Luciano Adures de Oliveira
(Vice- Presidente)
Ary Teixeira de Oliveira
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira Júnior
João Carlos de Oliveira Júnior
Sérgio Martins de Oliveira
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor- Presidente)
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice- Presidente e de Relações c/ Investidores)
Luiz Augusto Barcelos Krause
(Diretor Comercial e Operacional)
Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Mara Lúcia Soares da Fonseca
(Contadora CRC-RS 50.772)